

POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO E AUTORIDADE NAS CONQUISTAS: uma análise dos oficiais de Ordenanças no contexto do Império Português

ANA PAULA PEREIRA COSTA – PPG-UFRJ

O presente texto se dedicará a analisar o perfil e a inserção sócio-política dos oficiais de mais alta patente dos Corpos de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica no período de 1735 a 1777 bem como, destacar os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial.

Para análise das questões acima expostas estaremos utilizando as premissas do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Inspirado em matriz weberiana Barth destaca que a ação social é uma das chaves para o entendimento da sociedade. O pressuposto de modelo generativo deste autor pode ser usado como uma rica ferramenta de análise na medida em que salienta a importância de se entender como a ação social é gerada, ou seja, entender o processo que gera um comportamento e desta forma ter acesso aos valores que norteiam as ações dos indivíduos, as estratégias e recursos dos mesmos para que consigam maximizar ganhos. Em sua teoria o indivíduo é pensado de forma relacional, isto é, em suas relações com outros indivíduos o que dá ao social uma dimensão dinâmica visto que, muitos elementos estão envolvidos na tecitura do sistema: estratégias, incerteza, concepções e necessidade diferenciadas¹.

A partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a

¹Neste sentido ver BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. London. Routledge & Kegan Paul, 1981, especialmente os capítulos 1 e 2. Ver também: ROSENAL, Paul-André. “Fredrik Barth e a Microhistória”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escala: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação². As ações sociais devem ser entendidas, portanto, como ferramentas para se conhecer a realidade e deste modo, não devem ser entendidas como dadas, nem vistas como presas a normas sociais, pois são constituídas a partir das interações entre diversas pessoas ou grupos sendo dependentes do *status* e recursos dos indivíduos.

Tendo por base tais pressupostos, procuraremos visualizar o perfil do oficialato a partir de variáveis como naturalidade, acesso a cargos, permanência e rotatividade nos postos militares. Cabe sublinhar que estaremos trabalhando no presente texto com o total de 50 nomes de oficiais de alta patente.

Dos 50 oficiais pesquisados, conseguimos obter informações acerca da origem para 32 nomes (64%). Dentre estes, 30 (60%) eram portugueses e 2 (4%) procedentes de outras capitanias sendo 1 de São Paulo e 1 natural do Brasil, confirmando as considerações feitas pela historiografia a respeito da origem das elites coloniais³.

Segundo Vitorino de Magalhães Godinho, a imigração portuguesa para o Brasil entre 1700 e 1760 alcançou números altíssimos chegando à casa do meio milhão de portugueses atraídos pelo ciclo do ouro, o que daria uma média anual de aproximadamente 9 mil homens se deslocando do reino para as Minas Gerais⁴. Muitos destes portugueses vinham para esta capitania em busca de riqueza e ascensão social. Acompanhando o percurso de alguns destes oficiais conseguimos visualizar as possibilidades de ação destes homens para conseguirem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais; possibilidades que eram dadas pelos recursos de que dispunham e que eram utilizados na tentativa de obtenção de reconhecimento público. Vejamos o caso de João Rodrigues dos Santos. O capitão João Rodrigues dos

²FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria**: escalas, indícios e singularidades. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

³Dentre outros: ALMEIDA, Carla M. C. de. . **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822). Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado; FURTADO, Júnia. **Homens de negócio**: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentista. São Paulo: Hucitec, 1999. MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁴GODINHO, Vitorino M. "L'émigracion portugaise (XV-XX siècle): une constante structurelle et les réponses aux changements du monde". In: **Revista de História Econômica e Social**. Vol. I, 1978. P. 9. Apud: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 223-224.

Santos era natural de Lisboa e viera para as Minas entre 1720-1724, provido no cargo de inquiridor, distribuidor e contador da câmara da vila de São João Del Rey, permanecendo em Minas até sua morte em 1773⁵. Desde que chegara à capitania conseguiu contabilizar outras mercês que lhe conferiam ainda mais prestígio, como a patente de capitão de Ordenanças e sesmarias. Estas por sua vez nos mostram que se por um lado João Rodrigues dos Santos permaneceu nas Minas até sua morte em 1773, por outro não se estabeleceu por completo em São João Del Rey, pois migrou para Mariana, o que é constatado por 4 pedidos de sesmarias que fez⁶. Analisando o inventário *post-mortem* deste oficial constatamos que foi ao longo de sua vida acumulando um considerável patrimônio contabilizado em 11:965\$265. Compunha sua fortuna a fazenda em que vivia com sua família, “*situada na passagem chamada o Bicudo, com casa de vivenda, paiol, engenho, moinho e senzalas, tudo coberto de telhas*”; outra fazenda na passagem do Itacurusú “*com casas de vivenda, paiol, moinho e monjolo tudo coberto de telhas*”; e uma “*morada de casas sitas no arraial do Piranga ao pé da Igreja matriz de sobrado coberta de telha*”. Possuía também louças da Índia e Macau, objetos de prata e um plantel composto por 66 cabeças⁷.

Nota-se que ao longo de sua vida João Rodrigues dos Santos foi se integrando a variados pólos e/ou mecanismos propiciadores de poder e que eram coletivamente reconhecidos como elementos consolidadores de posições privilegiadas na sociedade mineira, quais sejam: a presença na câmara, a posse de terras e escravos, a posse de uma patente militar e a riqueza. Todos estes elementos convergem para aquilo que entendemos ser o valor norteador das ações destes oficiais quando instalados no além-mar isto é, a busca pela consolidação de posições de prestígio e comando, o que era feito mediante uso de certos recursos e estratégias como os citados anteriormente⁸.

⁵AHU/MG/cx: 7, doc: 5

⁶APM, códice SC. 72, p.151 (1740); códice SC. 94, p.174 (1752); códice SC. 106, p.11 (1753); códice SC. 125, p.7 (1753). Apud: ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 85.

⁷CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1695, (1773).

⁸Valor é o que governa o curso dos eventos, ele é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Em outras palavras valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre certo fim. São julgamentos. Neste sentido ver: BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

Como em uma sociedade de Antigo Regime a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas sobretudo políticos e culturais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”. Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, pois o exercício de autoridade deste oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade.

Uma das formas de se tornarem pessoas de “qualidade” era, como já salientado, ocupar cargos na câmara, órgão especializado em cuidar do “bem comum” da *República*, dirigir a organização social e política das regiões⁹. A ocupação de ofícios administrativos foi de suma importância para o sucesso das trajetórias individuais dos oficiais, não por acaso os dados compilados mostraram uma considerável presença destes indivíduos em cargos burocráticos. 21 dos oficiais analisados (42%) desempenhavam algum tipo de cargo administrativo, dentre estes a ocupação de cargos na câmara se sobressaía chegando à casa dos 71,43%.

O acesso a cargos na administração era forma de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções, de fazer parte da pequena elite colonial. Tais cargos conferiam a seus ocupantes dignidade e definia seu lugar social perante os habitantes locais. A proximidade com o poder proporcionava o acesso a informações privilegiadas, o que poderia ser um recurso a mais para estes indivíduos no sentido de lhes darem maior margem de manobra na ordem colonial. Algumas famílias foram capazes de deter para si parte do mando local, a partir da ocupação destes postos concelhios, por várias gerações seguidas envolvendo-se assim na organização social da sociedade colonial, o que consistia num instrumental poderoso para a atuação e ascensão destes portugueses no além-mar. A título de exemplificação destaco João da Costa Azevedo. O tenente João da Costa Azevedo era natural do reino e casado com Ana Maria de Jesus com quem teve 7 filhos. João da Costa

⁹FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 44.

Azevedo ocupou durante muitos anos o ofício de escrivão da câmara de Mariana, cargo que adquiriu através do casamento com Ana Maria de Jesus, já que tal ofício era “propriedade” da família de Pedro Duarte, seu sogro. O primeiro a ganhar o referido cargo foi o pai de Pedro Duarte, António Pereira Machado em 1725, homem dos primeiros povoadores das minas¹⁰. António Pereira Machado *largara ao senado da câmara uma sesmaria que ganhara do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para seu logradouro rocio e por causa desta dadiva e por ser o que ele fez de muita utilidade ao real serviço foi por bem lhe fazer mercê da propriedade do ofício de escrivam da camara da Vila do Carmo*. Ressalte-se que António Pereira Machado não se preocupou com o fato de ceder a sesmaria que ganhara como mercê e que lhe tiraria a posse de um considerável pedaço de terra, pois sabia que o valor ganho seria maior do que o perdido, em outras palavras, traçou uma estratégia que lhe possibilitou maximizar ganhos no caso, um importante cargo num centro de poder local que daria a sua família possibilidade de integrar o quadro dos “homens bons” da região. Em 1731 passa o dito ofício para seu filho Pedro Duarte Pereira que possuía *capacidade e limpeza de sangue para o exercer*. Este em 1750 passa o cargo para seu genro João da Costa Azevedo por não ter filho varão e por ter *o dito os requisitos para bem servir o dito ofício sendo tal prática um costume entre aqueles que não tinham filho varão*. Em 1802 um de seus filhos, Francisco da Costa Azevedo pede a mercê da ocupação do ofício de escrivão *cujo posto se acha servindo desde 1782 provando ser de seu merecimento por ter sempre desempenhado com honra e zello o dito ofício*¹¹.

Seguindo um velho costume luso, os postos camaristas e os ofícios régios – se concedidos como “propriedades”, como no caso analisado – podiam ser hereditários, o que muitas vezes contribuiu para a consolidação de algumas famílias em situações geradoras de poder, reiterando-se assim uma sociedade de Antigo Regime marcada pela desigualdade¹². Ressalte-se aqui que João da Costa Azevedo lançou mão de uma estratégia eficaz para

¹⁰AHU/MG/cx: 162; doc: 25.

¹¹Idem.

¹²FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”, op., cit. p. 44.

adquirir *status*, utilizando um importante elemento de coesão social: o matrimônio. Como bem destacou Mafalda Soares da Cunha a escolha do cônjuge constituía-se um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais¹³. Assim partindo-se do pressuposto de que no período analisado as alianças matrimoniais não eram motivadas por laços afetivos, mas por estratégias sociais, políticas e econômicas¹⁴, pode-se sugerir que o casamento de João da Costa Azevedo foi resultado destas estratégias, pois com seu matrimônio passou a ter a propriedade do ofício de escrivão que lhe abria uma gama maior de possibilidades para obter recursos a fim de ascender socialmente.

Não só o matrimônio, mas outros tipos de relações de parentesco foram primordiais como elementos auxiliares na consolidação de posições sociais privilegiadas. Vejamos o caso de Estevão Gonçalves Fraga, português, natural do Douro, comarca de Guimarães, província do Minho, oficial que viera, ainda jovem para Minas Gerais, amparado por parentes já estabelecidos na região, no caso, seu tio José Gonçalves Fraga, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, coronel das Ordenanças e morador no Ribeirão do Carmo, mineiro muito rico e *pessoa das principais daquele terreno*¹⁵. Instalado em território colonial, Estevão Gonçalves Fraga, também feito cavaleiro professo da Ordem de Cristo, conseguiu obter duas patentes militares: a de sargento-mor e a de coronel das Ordenanças de Mariana, além de ficar responsável pela administração das lavras e engenhos de tirar ouro de seu tio *que dentro de pouco tempo lhas vendeu e muitas herdou do dito coronel*¹⁶.

A história deste oficial e de João da Costa Azevedo, caso não isolado entre os indivíduos por nós analisados, nos mostra como que nesta sociedade as relações parentais foram importante recurso na realização de seus propósitos pela busca de prestígio e *status*, pois além da tentativa de estabelecimento de matrimônios que lhes fornecessem algum tipo

¹³CUNHA, Mafalda Soares da. **A Casa de Bragança, 1560-1640**: práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editora Estampa, 2000. p. 470.

¹⁴GOUVÊA, Maria de Fátima, FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira dos. "Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735". In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004. p. 100-106.

¹⁵Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Habilitação para Ordem de Cristo, Letra E, Maço 2 – nº. 5 (176). Apud: ALMEIDA, Carla Maria. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 243.

¹⁶ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 243.

de “ganho” muitos destes homens que vinham para a América Portuguesa o faziam impulsionados por algum laço social e eram amparados por migrantes mais antigos e/ou por parentes¹⁷. No caso de Estevão Gonçalves Fraga a ajuda de seu tio lhe proporcionou uma possibilidade maior de sucesso na sua busca por ascensão social, fomentada pelas mercês que conquistou, tornando-se assim um dos *principais da terra*. Tais exemplos, portanto vão de encontro à afirmação de F. Barth que salienta que a realidade resulta do comportamento individual dos atores que dão forma a seus atos através da maneira que usam as oportunidades oferecidas, sendo que a descrição de uma organização social deve representar as relações fundamentais que conectam as pessoas em sociedade¹⁸.

Acerca do tempo que este oficialato permanecia em seus postos, constatamos que eram raros os casos em que um oficial o ocupava por pouco tempo, havendo assim uma quase monopolização de postos militares pelos mesmos indivíduos. Para os 31 nomes (62%) que conseguimos obter informações a este respeito, em apenas 1 caso (3,22%) o indivíduo permaneceu por menos de 4 anos no posto. Para o restante dos nomes, 2 (6,41%) permaneceram de 4 a 10 anos e 28 (54%) permaneceram por mais de 10 anos.

Constatamos também a presença de certa rotatividade de indivíduos no exercício de vários postos militares. Dentre os 50 oficiais aqui enfocados 28 (56%) dos nomes possuíram diferentes patentes ao longo de sua vida, estabelecendo uma “carreira militar” que podia ir de um escalão mais baixo para um mais alto e até o contrário.

A grande permanência destes oficiais em postos militares, bem como sua rotatividade, pode ter contribuído para a formação de uma memória acerca de práticas e estratégias implementadas pelos mesmos no exercício da governabilidade no ultramar, o que era feito por um seleto grupo de pessoas. Além disso, a permanência destes indivíduos por longos períodos de tempo como oficiais, bem como sua presença em diferentes postos militares, pode ter sido um dos fatores que levaram muitos destes homens a apropriarem-se, da

¹⁷FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. “Imigração Portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio”. p. 101.

¹⁸BARTH, Fredrik. “Anthropological models and social reality”. In: **Process and form in social life**. op. cit., p.14-31.

própria história colonial, incluindo-se nela, identificando-se ante as autoridades como agentes ativos do projeto colonizador. Em outras palavras, tal permanência pode ter auxiliado na formação daquilo que Luciano Figueiredo denominou de “patrimônio memorialístico” – de enfrentamento, privações, perdas e empenho de suas vidas e cabedais – em suma de absoluta vassalagem, que sustentava as demandas dos colonos situando-os num plano diferenciado nas suas relações com Portugal¹⁹.

Todos os elementos aqui mencionados – acesso a cargos e o *status* daí advindo, experiência militar adquirida pela ocupação de postos por longos períodos, rotatividade, etc. – propiciaram a estes oficiais recursos e meios de estabelecer estratégias que lhes garantissem acesso a posições privilegiadas e, portanto, meios de reprodução desta elite. Ressalte-se, porém que o que chamamos aqui de elite não é um grupo homogêneo e uniforme e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Os próprios exemplos até agora citados revelam que este grupo não se encaixa em um estrato específico visto que oferecem níveis diferenciados de estratificação. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e outras benesses distribuídas pela coroa funcionou como um fator de diferenciação no seio deste oficialato.

Como assinala N. Elias, numa sociedade de Antigo Regime, para que os indivíduos conseguissem manter sua condição de elite, ou de oficial neste caso, fazia-se necessário estar em constante movimentação nas teias sociais que permeavam seu cotidiano. Por ser esta uma sociedade marcada por tensão permanente, a estagnação podia ser fatal para aqueles que almejassem ascender socialmente²⁰. Por estagnação entendemos o não aproveitamento dos recursos de que este oficialato dispunha nesta sociedade para adquirir mais prestígio e aumentar suas posições de comando; recursos estes que surgiam das próprias relações sociais que eles mantinham e que em última instância denotava autonomia e autoridade política por parte destes indivíduos.

¹⁹FIGUEIREDO, Luciano. **Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa**. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo: USP, 1996. Tese de Doutorado. p. 472.

²⁰ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, partes III, IV, V e VI.